

MUNICÍPIO DE BOTICAS
CAMARA MUNICIPAL
Departamento de Administração Geral
Presente em Reunião de 09. JUN 2021
O Director de Departamento,
(Dr. Manuel A. S. Barreira)

Relatório de Gestão e Contas Consolidadas 2020

Índice

1. Relatório de Gestão da Atividade Consolidada.....	4
1.1 Introdução.....	4
1.2 Entidades do Grupo Autárquico, Perímetro de consolidação e Métodos de Consolidação	6
1.3 Recursos Humanos	8
1.4 Atividades Desenvolvidas	8
2 - Análise económico-financeira	10
2.1 - Balanço Consolidado.....	10
2.2 - Demonstração de Resultados Consolidada	13
3 - Impacto da Pandemia Covid-19 no Grupo Autárquico	16
4 - Demonstrações Orçamentais Consolidadas	18
5 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	21
6 - Anexos às Demonstrações Financeiras Consolidadas	25
NOTA 1 - Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação e outras Entidades Participadas	25
NOTA 2 - Principais Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros.....	26
NOTA 3 - Ativos Intangíveis.....	27
NOTA 5 - Ativos Fixos Tangíveis.....	28
NOTA 6 - Locações.....	28
NOTA 7 - Custos de Empréstimos Obtidos	29
NOTA 8 - Propriedades de Investimento	30
NOTA 10 - Inventários	31
NOTA 15 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	32
NOTA 18 - Instrumentos Financeiros	33
NOTA 23 - Outras Divulgações.....	3

Índice de quadros

Quadro I - Designação das Entidades Participadas	6
Quadro II - Organograma das Participações	7
Quadro III - Designação das Entidades Participadas	8
Quadro IV - Valor da Participação de cada Município.....	9
Quadro V – Evolução do Ativo.....	10
Quadro VI – Evolução do Património Líquido e Passivo	12
Quadro VII – Evolução dos Rendimentos.....	13
Quadro VIII – Evolução dos Gastos.....	15
Quadro IX - Execução Orçamental	16
Quadro X - Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental a 31 de Dezembro de 2020	18
Quadro XI - Demonstração Consolidada do Direitos e Obrigações por Natureza	20
Quadro XII – Balanço Consolidado	21
Quadro XIII - Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidado de 2020	22
Quadro XIV - Fluxos de Caixa Consolidado.....	23
Quadro XV - Alterações ao Património Líquido para o Ano de 2020 Consolidado	24

1 - Relatório de Gestão da Atividade Consolidada

1.1 – Introdução

Os Municípios, num esforço contínuo de resposta às atribuições e competências cada vez mais amplas que continuamente lhe são acometidas, foram levados a adequar paulatinamente as suas estruturas organizacionais às novas necessidades – desde logo, pela exigência de qualidade na gestão pública local.

Desse ajustamento resultou em muitos casos um novo modelo organizacional, assente na deslocação de parte da sua atividade para outras organizações, em muitos casos de cariz empresarial, que sendo controladas pelo Município (mãe) norteiam a sua gestão no interesse do grupo municipal como um todo.

Uma perspetiva global da posição financeira do grupo não pode, por essa razão, ser assegurada pela simples apreciação agregada das prestações de contas individuais de cada uma das entidades que o constituem. A análise individualizada dos documentos de prestação de contas e das atividades parcelarmente desenvolvidas (incluindo a do município), por mais completos que estes sejam, não permite uma apreciação financeira integrada, tão pouco uma visão completa e suficiente para a tomada de decisão e a definição de uma estratégia.

A consolidação de contas municipais apresenta-se como ferramenta incontornável para melhorar a informação económico financeira prestada pela administração local, focando-se no objetivo primeiro de elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si que seriam obtidas se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal.

Só deste modo, também, é possível melhorar a avaliação do grau de risco financeiro, bem assim como o controlo e a coordenação entre as diferentes participadas, agilizando-se por esta via uma tomada de decisão mais informada e consciente – dando-se particular destaque, neste ponto, ao estreito controlo do défice público a que o Município está também sujeito.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais,

determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. De facto, o n.º 1 do artigo 75.º estabelece que "Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas".

De acordo com a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, nomeadamente no seu artigo 7º, a EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A., assume a natureza de empresa local, e como tal deve a mesma ser objeto de consolidação de contas.

As demonstrações financeiras consolidadas devem ser elaboradas e aprovadas, de acordo com o estabelecido no artigo n.º 75.º da RFALEI.

O n.º 2 do artigo 76º da referida Lei, estabelece que os documentos de prestação de contas consolidados são elaborados e aprovados pela Câmara Municipal e submetidos à apreciação do órgão deliberativo durante a sessão ordinária do mês de junho a que respeitam.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

1.2 – Entidades do Grupo autárquico, Perímetro de Consolidação e Métodos de Consolidação

Em 31 de dezembro de 2020 o Município de Boticas detinha as seguintes participações:

Quadro I - Designação das Entidades Participadas

(Unidade: euros)

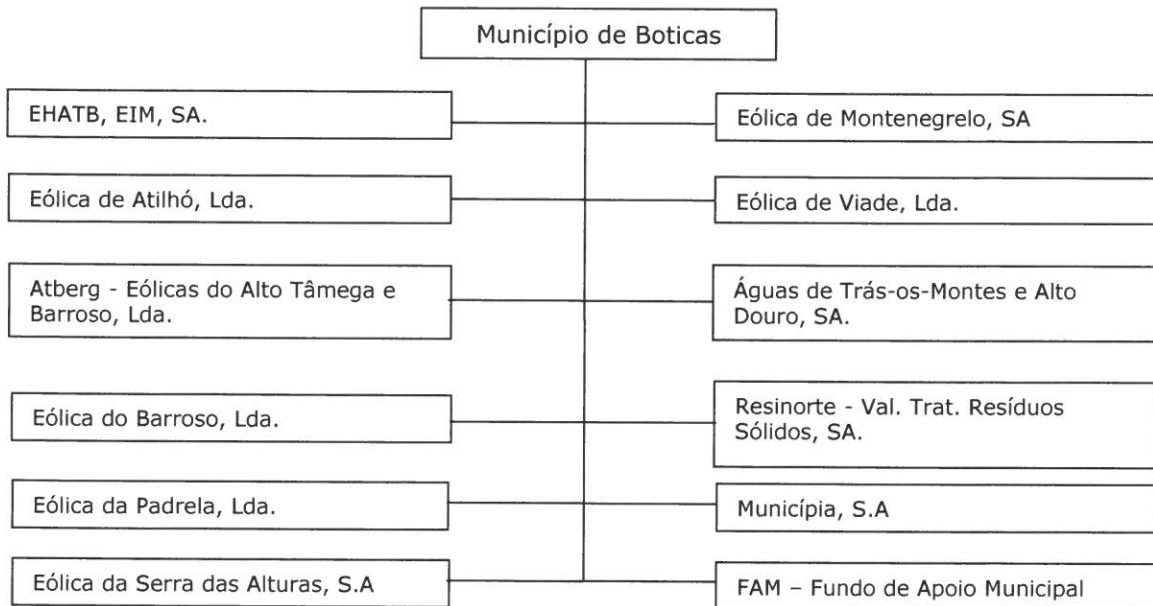
Entidade participada		Tipo de entidade	CAE	Capital	Participação no final do exercício			Forma da realização do capital		Obs.
Denominação	N.I.P.C				Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado	Meios monetários (montante)	Em espécie (montante)	
EHATB, EIM, SA	502.227.842	Intermunicipal	35111	900.000,00	150.000,00	16,67	150.000,00	150.000,00	0,00	
Eólica de Atilhó, Lda	506.867.560	Limitada por quotas	35113	5.000,00	416,67	8,33	416,67	0,00	0,00	a
Atberg - Eólicas do Alto Tâmega e Barroso, Lda	505.294.656	Limitada por quotas	35113	1.250.000,00	83.333,33	6,67	83.333,33	0,00	0,00	a
Eólica do Barroso, Lda	505.533.693	Limitada por quotas	35113	70.000,00	4.666,67	6,67	4.666,67	0,00	0,00	a
Eólica da Padrela, Lda	505.533.758	Limitada por quotas	35113	65.000,00	4.333,33	6,67	4.333,33	0,00	0,00	a
Eólica da Serra das Alturas, SA	506.393.925	Sociedade Anónima	35113	50.000,00	4.158,33	8,32	4.158,33	0,00	0,00	a
Eólica de Montenegro, SA	508.094.453	Sociedade Anónima	35113	50.000,00	4.158,33	8,32	4.158,33	0,00	0,00	a
Eólica de Viade, Lda	506.446.298	Limitada por quotas	35113	5.000,00	1.667,00	3,33	1.667,00	0,00	0,00	a
Águas do Norte, SA	505.863.901	Sociedade Anónima	36001	111.061.732,00	121.985,00	0,11	121.985,00	47.166,00	0,00	b
Resinorte - Val. Trat. Resíduos Sólidos, SA	509.143.059	Sociedade Anónima	38212	8.000.000,00	67.866,67	0,85	67.866,67	30.000,00	0,00	c
Município, S.A	504.475.606	Sociedade Anónima	71120	3.236.678,67	9.970,02	0,31	10.613,51	5.628,50	0,00	d
FAM – Fundo de Apoio Municipal	513.319.182	Outras pessoas coletivas de direito público	84114	650.000.000,00	286.333,52	0,07	270.427,50	270.427,50	0,00	

OBS:

- a Aquisição a título gratuito
- b Inclui a aquisição a título gratuito de 74.820 euros
- c Inclui a aquisição a título gratuito de 37,866,67 euros
- d Inclui a aquisição a título gratuito de 4.985,01 euros

Apresenta-se de seguida o organograma das participações:

Quadro II - Organograma das Participações



O Grupo Municipal é composto pelo Município (entidade-mãe) e pelo conjunto de entidades controladas e abrangidas pelo perímetro de consolidação.

O perímetro de consolidação legalmente obrigatório do Município de Boticas, por força do n.º6 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é constituído pela entidade - EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A.

Por se entender que exista influência significativa nas tomadas de decisão, utiliza-se como método valorimétrico subsequente ao inicial o Método de Equivalência patrimonial (MEP).

No que se refere às outras entidades, uma vez que se tratam de participações inferiores a 20% e atendendo ao facto de não serem materialmente relevantes e considerando a ausência de controlo no poder de gerir as políticas financeiras e operacionais foram, em conformidade com o ponto 5.5 da Portaria 474/2010 e artigo 75º da Lei n.º 73/2013, excluídas do perímetro de consolidação.

1.3 - Recursos Humanos

O grupo autárquico, a 31 de dezembro de 2020, conta com um conjunto de colaboradores, conforme quadro abaixo indicado, de forma a atenderem à prossecução das suas atividades da forma mais eficiente possível.

Quadro III – Trabalhadores do Grupo Autárquico

Empresas Municipais	Número de Colaboradores
Município de Boticas	165
EHATB, EIM, SA.	21

1.4 – Atividades Desenvolvidas

EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA., foi constituída por escritura pública em 30 de julho de 1989, com sede na Rua D. Nuno Álvares Pereira, freguesia de Salvador, Vila e Município de Ribeira de Pena, nº de Identificação de pessoa coletiva 502 227 842, e registada na Conservatória do Registo Comercial de Ribeira de Pena sob o nº 502 227 842, ao abrigo do artigo 19º da Lei 50/2012, de 31 de agosto a empresa passou a integrar o setor empresarial local.

Em resultado da adaptação da mencionada lei a denominação da empresa passou para EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA e passou a ter o seguinte objeto social: *"Produção de energia elétrica; Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana; Renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado; Promoção e gestão de imóveis de habitação social; Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal. A sociedade pode ainda exercer, excecionalmente, a atividade de promoção do desenvolvimento urbano e rural de âmbito municipal, nas condições previstas na Lei sobre o regime jurídico da atividade empresarial local. A sociedade poderá também, desde que para o efeito esteja habilitada, exercer outras atividades para além daquelas que constituem o seu objeto principal, quando consideradas acessórias ou complementares".*

"A atividade da sociedade em 2020 manteve como principal fonte de rendimentos a produção de energia elétrica, provenientes do Aproveitamento Hidroelétrico de Bragadas, o qual contribuiu com 47,8% do total da faturação e dos Parques Eólicos de Mairós, Leiranco, Casa da Lagoa e do Parque Eólico do Alvão, os quais contribuíram com 52,2%. À já referida atividade de produção de energia acresce a gestão do Aproveitamento Hidroelétrico do Rio Alva e a prestação de serviços de assessoria às empresas:

- Atberg - Eólica do Alto Tâmega e Barroso Lda.,
- Eólica de Atilhó, Lda.,
- Empresa Eólica do Barroso, [da.,
- Eólica da Padrela [da.,

Para além da atividade de produção de energia da sociedade desenvolvida no ano de 2020, merecem também menção especial, as atividades previstas nos Contratos Programa, celebrados com os Municípios acionistas, designadamente a "Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana" e a "Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal".

O capital social da EHATB no montante total de 900.000,00 euros tem a seguinte composição:

Quadro IV - Valor da participação de cada município

	Valor €	% participação
Câmara Municipal de Boticas	150.000,00	16,666%
Câmara Municipal de Valpaços	150.000,00	16,666%
Câmara Municipal de Chaves	150.000,00	16,666%
Câmara Municipal de Montalegre	150.000,00	16,666%
Câmara Municipal de Ribeira de Pena	150.000,00	16,666%
Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar	150.000,00	16,666%

2 - Análise Económico-financeira

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus leitores/utilizadores para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões.

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados consolidados.

2.1 - Balanço Consolidado

Em 2020 o ativo do Município de Boticas atingiu os 70,5 milhões de euros o que significa uma diminuição de 3,6 milhões de euros face ao ano anterior (-4,9%). De seguida faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo.

Quadro V - Evolução do Ativo

Componentes do Ativo	2020	2019	Δ2020/2019
	em euros	em euros	em %
Ativos Fixos Tangíveis	60.473.084,75	65.470.664,22	-7,6
Propriedades de Investimento	612.990,50	4.769,75	12.751,6
Ativos Intangíveis	83.677,84	616.460,35	-86,4
Participações Financeiras	4.151.685,57	4.532.579,43	-8,4
Clientes, contribuintes e Utentes	17.535,80	18.091,56	-3,1
Diferimentos		13.999,92	-100
Outras Contas a Receber	53.952,15	46.360,09	16,4
Ativo não Corrente	65.392.926,61	70.702.925,32	-7,5
Inventários	46.777,73	32.375,12	44,5
Devedores p/ Transf. e Subs. não Reemb.	173.864,74	59.297,15	193,2
Clientes, Contribuintes e Utentes	219.861,41	208.741,36	5,3
Estado e Outros Entes Públicos	5.992,70	205.312,70	-97,1
Outras Contas a Receber	997.291,29	902.278,78	10,5
Diferimentos	22.669,97		100
Caixa e Depósitos	4.166.598,13	2.085.518,09	99,8
Ativo Corrente	5.633.055,97	3.493.523,20	61,2
Ativo Total	71.025.982,58	74.196.448,52	-4,3

No cômputo geral, os Ativos Fixos tangíveis representam 85,1% do total do ativo e registaram uma descida de (-4,9) milhões de euros

relativamente a 2019. Reflete a importância do investimento público sobretudo em infraestruturas e bens adquiridos.

Os ativos fixos tangíveis incluem, entre outros, os terrenos e recursos naturais; edifícios e outras construções; infraestruturas, património histórico, artístico e cultural, equipamento de transporte, equipamento básico e administrativo, e respetivas depreciações, assim como ativos fixos tangíveis em curso.

No âmbito da transição para SNC-AP, e ao contrário do que se verificava no POCAL, existe neste referencial contabilístico o conceito previsto na NCP 8 - Propriedades de Investimento, que abrange os terrenos ou edifícios (ou parte) detidos para obtenção de rendas ou valorização do capital. Esta rubrica teve uma variação positiva de 12.751,6%.

No que respeita às participações financeiras, as mesmas encontravam-se valorizadas ao custo, conforme previsto no POCAL. A NCP 23- Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, prevê a aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP), que não sendo de caráter obrigatório, é aquele que melhor releva os interesses do Município nas entidades participadas. Assim, o valor previsto das participações financeiras teve por base a aplicação do MEP.

Esta rubrica teve uma diminuição de (-8,4).

As dívidas de terceiros representam 1,97% do ativo e tiveram uma ligeira variação positiva. Os diferimentos ascendem a 22 mil euros e dizem respeito a gastos a reconhecer.

É de salientar o aumento do saldo de disponibilidades de 2 milhões de euros em 2019 para 4,1 milhões de euros em 2020. Isto significa que o município poderia liquidar qualquer momento as dívidas a curto, médio e longo prazo.

Quadro VI – Evolução do Património Líquido e Passivo

Património Líquido e Passivo	2020	2019	Δ2020/2019
	em euros	em euros	em %
Património/Capital	60.517.244,87	60.517.244,87	0,0
Reservas	187.987,52	187.987,52	0,0
Resultados transitados	12.374.286,04	-8.991.653,98	37,6
Ajustamentos em ativos financeiros	-1.612.730,87	-711.442,94	126,7
Outras variações no património líquido	24.704.790,08	23.286.563,92	6,1
Resultado líquido do período	-2.041.186,42	-1.716.043,02	18,9
Património Líquido	69.381.819,14	72.572.656,37	-4,4
Financiamentos obtidos	164.919,58	88.633,49	86,1
Diferimentos	133.300,20		100
Outras Contas a pagar	365.858,12	344.686,96	6,1
Passivo não Corrente	664.077,90	433.320,45	53,3
Fornecedores	30.569,54	146.164,23	-79,1
Estado e Outros Entes Públicos	41.197,85	45.010,40	-8,5
Financiamentos Obtidos	95.559,52	229.530,65	-58,4
Fornecedores de Investimento	4.849,46	39.200,55	-87,6
Outras Contas a Pagar	801.913,78	728.594,48	10,1
Diferimentos	5.995,39	1.971,39	204,1
Passivo Corrente	980.085,54	1.190.471,70	-17,7
Total do Passivo	1.644.163,44	1.623.792,15	-1,3
Total Património Líquido e Passivo	71.025.982,58	74.196.448,52	4,3

O Património Líquido ascendeu a 68,9 milhões de euros, diminuindo 4,4% face a 2019. Nesta rubrica do Balanço, destaca-se a rubrica de outras variações no património líquido, que inclui, fundamentalmente, os diferimentos relativos aos subsídios obtidos para investimento.

Em relação ao passivo, o Município de Boticas fechou o ano com um valor de 1,6 milhões de euros, sendo constituído em 40,4% por passivo não corrente e em 59,6% por passivo corrente.

Comparando com o período homólogo, o total do passivo teve uma variação negativa de 1,3%, que resulta da descida generalizada das suas rubricas. As rubricas de fornecedores e fornecedores de investimento tiveram um decréscimo de 79,1% e 87,6%, respetivamente, traduzido numa diminuição total de dívida a fornecedores na ordem dos 149.945,78 €.

No tocante ao passivo corrente, o seu valor ascendeu a 980.085,54 €, registando-se um decréscimo de 17,7% face a 2019. Todas as rubricas

do passivo corrente tiveram um decréscimo relativamente a 2019, com exceção da rubrica de outras contas a pagar. Esta rubrica teve um ligeiro acréscimo e relacionada os gastos a reconhecer no próprio período, mas cujo pagamento venha a ocorrer em exercícios futuros, em obediência ao princípio da especialização do exercício. Inclui assim, por exemplo, o valor de férias, subsídio de férias e encargos que em 31 de dezembro os trabalhadores já tenham direito a receber, mas cujo processamento e pagamento apenas se verificará no período seguinte. Para além desta componente, considera-se ainda nesta rubrica o valor das cauções prestadas ao Município e as cobranças para terceiros (operações não orçamentais).

Relativamente ao passivo não corrente, registou um acréscimo de 53,3% face a 2019 e relaciona os financiamentos obtidos resultantes da contratação de empréstimos de médio e longo prazo.

2.2 – Demonstração de Resultados Consolidada

A demonstração de resultados apresenta-se como mais uma peça importante na análise financeira do exercício. Os quadros seguintes mostram o comportamento de gastos e rendimentos nos dois anos.

Quadro VII – Evolução dos Rendimentos

Rendimentos	2020	2019	Δ2020/2019
	em euros	em euros	em %
Impostos, Contribuições e Taxas	814.890,71	808.264,69	0,8
Vendas	136.857,71	172.237,15	-20,5
Prestações de Serviços e Concessões	919.811,07	964.166,47	-4,6
Transferências e Subsídios Corrente Obtidos	6.624.804,58	6.446.146,43	2,8
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, Associada e empreendimentos conjuntos	838.394,07	800.579,56	4,7
Outros Rendimentos	998.557,35	772.751,28	29,2
Juros e rendimentos similares obtidos	271.799,50	218.526,02	24,4
TOTAL	10.605.114,99	10.182.671,60	4,1

O total dos rendimentos ascendeu a 10.605.114,99 €, representando um acréscimo de 4,1% face ao ano de 2019, determinado essencialmente pelo aumento das transferências e subsídios correntes obtidos e ainda

pelos impostos, contribuições e taxas e rendimentos/gastos imputados de entidades controladas, associada e empreendimentos conjuntos.

Os impostos, contribuições e taxas compreendem os impostos diretos, impostos indiretos e taxas, multas e outras penalidades.

A rubrica de Prestações de Serviços e Concessões tiveram um decréscimo de 20,5% relativamente a 2019 e representam 8,7% do total dos rendimentos.

As transferências e subsídios correntes obtidos incluem as transferências correntes provenientes do orçamento de Estado, assim como, as relacionadas com financiamento comunitário.

No que concerne aos rendimentos, é de salientar que as transferências e subsídios obtidos de carácter corrente apresentam um aumento de 178.658,15 € em 2020 e são o agregado com maior peso dentro dos rendimentos.

A rubrica Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associada e empreendimentos conjuntos, segundo a NCP 24 – Acordos Conjuntos, o objetivo desta norma é prescrever os princípios de relato financeiro das entidades com interesses em acordos controlados conjuntamente. Esta rubrica teve um acréscimo de 37.796,51 €, face a 2020.

Relativamente aos outros rendimentos, compreendem essencialmente o reconhecimento dos rendimentos relacionados com financiamento ao investimento, na proporção das depreciações e amortizações dos respetivos bens subsidiados.

Na rubrica de juros e rendimentos similares obtidos verificou-se um aumento de 24,4% que resulta do aumento das taxas de juro das aplicações financeiras.

Quadro VIII – Evolução dos Gastos

Gastos	2020	2019	Δ2020/2019
	em euros	em euros	em %
CMVMC	306.205,79	407.012,44	-24,8
FSE	1.972.110,92	2.653.759,63	-25,7
Gastos com o Pessoal	3.449.301,79	2.903.767,50	18,8
Transferências e Subsídios Concedidos	1.889.502,01	1.369.337,50	38,0
Gastos de Depreciação e de Amortização	4.801.146,80	4.056.687,31	18,4
Outros Gastos e Perdas	221.039,57	497.026,73	-55,5
Gastos e Perdas por Juros e Outros Encargos	6.994,53	11.123,51	-37,1
TOTAL	12.646.301,41	11.898.714,62	6,3

No ano de 2020 o total de gastos ascendeu a 12.646.301,41 €, observando-se um ligeiro aumento face ao ano de 2019. Esta variação decorre do efeito conjugado da diminuição de outros gastos, fornecimentos e serviços externos, CMVMC e dos gastos e perdas por juros e outros encargos com o aumento de gastos com o pessoal, transferências e subsídios concedidos e gastos/reversões de depreciação e amortizações.

As transferências e subsídios concedidos tiveram um aumento de 520.164,51 € comparativamente com 2019, resultado da política social do executivo. Destaca-se o valor das transferências correntes superior a 1,4 milhões de euros, onde estão assim registados os fluxos que se destinam a apoiar o funcionamento de diversas instituições particulares com interesse municipal, assim como: transferências para Instituições Sem Fins Lucrativos, destacando-se os apoios concedidos no âmbito das atividades desportivas, culturais, recreativas e de solidariedade, transferências para a Administração Local – Freguesias, que se designam a apoiar o funcionamento das suas atividades e transferências para as famílias, que passa pela concessão de apoios sociais e económicos a pessoas carenciadas.

À semelhança dos anos anteriores, as rubricas que continuam a ter maior peso na estrutura dos gastos são os gastos de depreciação e de amortização (38%) e os gastos com o pessoal (27,3%). Comparativamente com o período de 2020, os gastos de depreciação e de amortização tiveram um aumento de 18,4% e os gastos com o pessoal tiveram um aumento de 18,8%. Este último é justificado, no essencial, pelo descongelamento das carreiras e novas admissões.

3 - Impacto da Pandemia Covid-19 no Grupo Autárquico

O ano de 2020 ficará marcado pela ocorrência da epidemia do vírus SARS-CoV-2, fenómeno que teve o seu início em finais de 2019 e, rapidamente, se repercutiu numa grave crise de emergência de saúde pública a nível mundial, levando a Organização Mundial de Saúde, no dia 11 de Março de 2020, a caracterizar o vírus como uma pandemia.

Para além do grave problema em termos de saúde pública, a pandemia da doença COVID-19 provocou um severo choque económico de dimensão imprevisível.

Em Portugal foi declarado o estado de emergência, no dia 18 de Março, obrigando o país a um confinamento geral e uma paragem brusca da atividade económica.

O Município de Boticas tem apresentado, nos últimos anos, de forma sistemática, execuções orçamentais elevadas, tanto do lado da receita como do lado da despesa.

Quadro IX - Execução Orçamental

Designação	2018	2019	2020
Receita	85,2%	85,4%	97,2%
Despesa	71,8%	73%	78,8%

A opção por uma gestão assumidamente rigorosa e prudente teve tradução num saldo de gerência significativo. A opção por esse modelo de gestão colocou o Município de Boticas numa posição privilegiada para enfrentar o ambiente pandémico e as suas consequências na economia local.

A pandemia fez cair de forma drástica a atividade económica a nível mundial e teve um impacto significativo a nível nacional, conforme os indicadores macroeconómicos que integram a proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2021.

No entanto, o Município de Boticas, conseguiu manter os objetivos traçados, uma vez que o saldo de gerência do ano anterior permitiu adotar de imediato medidas de apoio social e de apoio à economia local, sem colocar em causa o plano de atividades e o plano de investimentos.

A situação financeira equilibrada torna possível que para 2021 seja assumida uma política orçamental contra cíclica, tendo em vista

estimular a economia local e apoiar as populações mais vulneráveis e as famílias que, com a atual crise, viram os seus rendimentos diminuírem.

A entidade do grupo autárquico "EHATB" acompanhou em permanência a evolução da pandemia do Coronavírus através dos respetivos órgãos próprios, procurando minimizar os possíveis riscos associados ao surto e, na sequência das recomendações da Direção Geral de Saúde (DGS) e da Organização Mundial de Saúde (OMS), a empresa implementou Planos de Contingência com o objetivo de garantir a segurança dos seus colaboradores e comunidade em geral, bem como assegurar a continuidade das operações.

As operações da empresa têm decorrido com normalidade e sem interrupção, não se prevendo eventuais impactos na atividade da empresa face ao atual enquadramento de elevada incerteza e rápida evolução.

A "EHATB" não recorreu a nenhum auxílio, nem pediu moratórias nos pagamentos quer à Autoridade tributária, quer à Segurança Social.

4 - Demonstrações Orçamentais Consolidadas

Quadro X - Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental a 31 de Dezembro de 2020

(unidade: euros)

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL					
RUBRICA	RECEBIMENTOS	2020	RUBRICA	PAGAMENTOS	2020
	Saldo de gerência anterior	2.085.518,09			
	Operações orçamentais (1)	1.695.865,73			
	Devolução do saldo oper. Orçamentais	1.695.865,73			
	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	0,00			
	Operações de tesouraria	389.652,36			
	Receita Corrente	9.622.363,08		Despesa Corrente	7.328.434,30
R1	Receita Fiscal	614.276,87	D1	Despesas com pessoal	3.346.789,56
R11	Impostos diretos	613.986,22	D11	Remunerações certas e permanentes	2.579.562,54
R12	Impostos indiretos	290,65	D12	Abonos variáveis ou eventuais	35.100,35
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	D13	Segurança Social	732.126,67
R3	Taxas, multas e outras penalidades	187.387,30	D2	Aquisição de bens e serviços	2.331.783,80
R4	Rendimentos de propriedade	1.108.515,03	D3	Juros e outros encargos	126,37
R5	Transferências e subsídios correntes	6.674.607,76	D4	Transferências e subsídios correntes	1.436.248,37
R51	Transferências correntes	6.534.107,66	D41	Transferências correntes	1.436.248,37
R511	Administrações Públicas	6.494.657,22	D411	Administrações Públicas	178.688,56
R5111	Administração Central – Estado Português	6.212.148,13	D4111	Administração Central – Estado Português	1.368,56
R5112	Administração Central – Outras entidades	206.509,09	D4112	Administração Central –Outras Entidades	0,00
R5113	Segurança Social	0,00	D4113	Segurança Social	0,00
R5114	Administração Regional	0,00	D4114	Administração Regional	0,00
R5115	Administração Local	76.000,00	D4115	Administração Local	177.320,00
R512	Exterior – EU	0,00	D412	Entidades do Setor não lucrativo	1.038.046,61
R513	Outras	179.950,54	D413	Famílias	219.513,20
R52	Subsídios Correntes	0,00	D414	Outras	0,00
R6	Vendas de bens e serviços	814.257,70	D42	Subsídios Correntes	0,00
R7	Outras receitas correntes	223.318,42	D5	Outras despesas correntes	213.486,20
	Receita de Capital	2.413.747,40		Despesa de Capital	2.530.313,78
R8	Venda de bens de investimento	41.913,50	D6	Aquisição de bens de capital	2.176.330,61
R9	Transferências e subsídios de capital	2.371.833,90	D7	Transferências e subsídios de capital	353.983,17
R91	Transferências de capital	2.371.833,90	D71	Transferências de capital	353.983,17
R911	Administrações Públicas	1.827.846,66	D711	Administrações Públicas	213.500,00
R9111	Administração Central – Estado Português	1.790.114,75	D7111	Administração Central - Estado Português	0,00
R9112	Administração Central – Outras entidades	37.731,91	D7112	Administração Central - Outras entidades	0,00
R9113	Segurança Social	0,00	D7113	Segurança Social	0,00

R9114	Administração Regional	0,00	D7114	Administração Regional	0,00
R9115	Administração Local	0,00	D7115	Administração Local	213.500,00
R912	Exterior - EU	0,00	D712	Entidades do Setor não Lucrativo	137.983,17
R913	Outras	543.987,24	D713	Família	2.500,00
R92	Subsídios de capital	0,00	D714	Outras	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	D72	Subsídios de capital	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	D8	Outras despesas de capital	0,00
	Receita Efetiva (2)	12.036.110,48		Despesa Efetiva (5)	9.858.748,08
	Receita não efetiva (3)	64.409,20		Despesa não efetiva (6)	138.001,72
	Receita com ativos financeiros	0,00		Despesa com ativos financeiros	15.907,48
	Receita com passivos financeiros	64.409,20		Despesa com passivos financeiros	122.094,24
	SOMA (4) = (1) + (2) + (3)	13.796.385,41		SOMA (7) = (5) + (6)	9.996.749,80
	Operações de tesouraria (B)			Operações de tesouraria (C)	66.306,65 €
				Saldo para a gerência seguinte	4.166.598,13
				Operações Orçamentais (8) = (4) - (7)	3.799.635,61
				Operações de tesouraria (D) = (A) + (B) - (C)	366.962,52
				Saldo global (2) - (5)	2.177.362,40
				Despesa Primária	9.858.621,71
				Saldo Corrente	2.293.928,78
				Saldo de Capital	-116.566,38
				Saldo Primário	2.177.488,77
				Receita total [1] + [2] + [3]	13.796.385,41
				Despesa total [5] + [6]	9.996.749,80

Quadro XI - Demonstração Consolidada do Direitos e Obrigações por Natureza

(unidade: euros)

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES							
Rubrica	Liquidações	2020	2019	Rubrica	Designação	2020	2019
	Receita corrente	9.622.363,08	7.705.280,28		Despesa corrente	7.205.252,92	7.008.860,00
R1	Receita fiscal	614.276,87	572.268,33	D1	Despesas com o pessoal	3.345.009,41	2.924.772,34
R11	Impostos diretos	613.986,22	562.711,16	D11	Remunerações Certas e Permanentes	2.579.562,54	2.213.065,28
R12	Impostos indiretos	290,65	9.557,17	D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	35.100,35	53.574,31
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00		D13	Segurança social	730.346,52	658.132,75
R3	Taxas, multas e outras penalidades	187.387,30	175.288,71	D2	Aquisição de bens e serviços	2.219.092,57	2.575.355,85
R4	Rendimentos de propriedade	1.108.515,03	647.170,15	D3	Juros e outros encargos	126,37	655,06
R5	Transferências e subsídios correntes	6.674.607,76	5.446.465,35	D4	Transferências e subsídios correntes	1.427.538,37	1.313.741,38
R51	Transferências correntes	6.674.607,76	5.446.465,35	D41	Transferências correntes	1.427.538,37	1.313.741,38
R511	Administrações Públicas	6.494.657,22	5.446.465,35	D411	Administrações Públicas	178.688,56	190.758,68
R5111	Administração Central - Estado Português	6.212.148,13	5.283.798,30	D4111	Administração Central - Estado Português	1.368,56	11.438,68
R5112	Administração Central - Outras entidades	206.509,09	102.367,05	D4112	Administração Central - Outras entidades	0,00	
R5113	Segurança Social	0,00		D4113	Segurança Social	0,00	
R5114	Administração Regional	0,00		D4114	Administração Regional	0,00	
R5115	Administração Local	76.000,00	60.300,00	D4115	Administração Local	177.320,00	179.320,00
R512	Exterior - U E	0,00		D412	Entidades do Setor Não Lucrativo	1.033.336,61	911.405,54
R513	Outras	179.950,54	0,00	D413	Famílias	215.513,20	192.081,17
R52	Subsídios correntes	0,00		D414	Outras	0,00	19.495,99
R6	Venda de bens e serviços	814.257,70	835.937,41	D42	Subsídios Correntes	0,00	
R7	Outras receitas correntes	223.318,42	28.150,33	D5	Outras despesas correntes	213.486,20	194.335,37
	Receita de capital	2.413.747,40	2.135.433,38		Despesas de Capital	2.485.589,30	2.743.633,12
R8	Venda de bens de investimento	41.913,50	46.986,00	D6	Aquisição de bens de capital	2.123.771,82	2.322.781,54
R9	Transferências e subsídios de capital	2.371.833,90	2.078.379,70	D7	Transferências e subsídios de capital	345.910,00	389.036,58
R91	Transferências de capital	2.371.833,90	2.078.379,70	D71	Transferências de capital	345.910,00	389.036,58
R911	Administrações Públicas	1.827.846,66	1.800.309,63	D711	Administrações Públicas	213.500,00	162.000,00
R9111	Administração Central - Estado Português	1.790.114,75	1.762.843,32	D7111	Administração Central - Estado Português	0,00	
R9112	Administração Central - Outras entidades	37.731,91	37.466,31	D7112	Administração Central - Outras entidades	0,00	
R9113	Segurança Social	0,00		D7113	Segurança Social	0,00	
R9114	Administração Regional	0,00		D7114	Administração Regional	0,00	
R9115	Administração Local	0,00		D7115	Administração Local	213.500,00	162.000,00
R912	Exterior - U E	0,00		D712	Entidades do Setor não Lucrativo	129.910,00	224.536,58
R913	Outras	543.987,24	278.070,07	D713	Famílias	2.500,00	2.500,00
R92	Subsídios de capital	0,00		D714	Outras	0,00	
R10	Outras receitas de capital	0,00	10.067,68	D72	Subsídios de capital	0,00	
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00		D8	Outras despesas de capital	0,00	
	Receita efetiva (2)	12.036.110,48	9.840.713,66	D9	Despesa com ativos financeiros	15.907,48	31.815,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00			Despesa efetiva (5)	9.690.842,22	9.752.493,12
R13	Receita com passivos financeiros	64.409,20			Despesa não efetiva (6)	122.094,24	221.439,03
	Receita total (4)=(1)+(2)+(3)	12.100.519,68	9.840.713,66	D10	Despesa com ativos financeiros		
				D11	Despesa com passivos financeiros	122.094,24	221.439,03
					Despesa total (7)=(5)+(6)	9.812.936,46	9.973.932,15

5 - Demonstrações Financeiras Consolidadas
Quadro XII – Balanço Consolidado

(unidade: euros)

BALANÇO CONSOLIDADO ANALÍTICO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019			
RUBRICAS	NOTAS	2020	2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	60.473.084,75	65.470.664,22
Propriedades de investimento	8	612.990,50	4.769,75
Ativos intangíveis	3	83.677,84	616.460,35
Participações financeiras	18	4.151.685,57	4.532.579,43
Clientes, contribuintes e utentes		17.535,80	18.091,56
Diferimentos		0,00	13.999,92
Outras contas a receber		53.952,15	46.360,09
		65.392.926,61	70.702.925,32
Ativo corrente			
Inventários	10	46.777,73	32.375,12
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		173.864,74	59.297,15
Clientes, contribuintes e utentes		219.861,41	208.741,36
Estado e outros entes públicos	23.1	5.992,7	205.312,7
Outras contas a receber		997.291,29	902.278,78
Diferimentos		22.669,97	0,00
Caixa e depósitos	1.4	4.166.598,13	2.085.518,09
		5.633.055,97	3.493.523,20
TOTAL DO ATIVO		71.025.982,58	74.196.448,52
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		60.517.244,87	60.517.244,87
Reservas		187.987,52	187.987,52
Resultados transitados		-12.374.286,04	-8.991.653,98
Ajustamentos em ativos financeiros		-1.612.730,87	-711.442,94
Outras variações no património líquido		24.704.790,08	23.286.563,92
Resultado líquido do período		-2.041.186,42	-1.716.043,02
TOTAL PATRIMÓNIO LÍQUIDO		69.381.819,14	72.572.656,37
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	7	164.919,58	88.633,49
Diferimentos		133.300,20	0,00
Outras contas a pagar		365.858,12	344.686,96
		664.077,90	433.320,45
Passivo corrente			
Fornecedores		30.569,54	146.164,23
Estado e outros entes públicos	23.1	41.197,85	45.010,4
Financiamentos obtidos	7	95.559,52	229.530,65
Fornecedores de investimentos		4.849,46	39.200,55
Outras contas a pagar		801.913,78	728.594,48
Diferimentos		5.995,39	1.971,39
		980.085,54	1.190.471,70
TOTAL PASSIVO		1.644.163,44	1.623.792,15
TOTAL PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO		71.025.982,58	74.196.448,52

Quadro XIII - Demonstração dos Resultados por Naturezas Consolidado de 2020

(unidade: euros)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS - POR NATUREZA			
Descrição	Notas	2020	2019
Impostos, contribuições e taxas	23.3	814.890,71	808.264,69
Vendas	23.3	136.857,71	172.237,15
Prestações de serviços e concessões	23.3	919.811,07	964.166,47
Transferências e subsídios correntes obtidos	23.3	6.624.804,58	6.446.146,43
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		838.394,07	800.579,56
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-306.205,79	-407.012,44
Fornecimentos e serviços externos	23.4	-1.972.110,92	-2.653.759,63
Gastos com pessoal	23.5	-3.449.301,79	-2.903.767,5
Transferências e subsídios concedidos	23.6	-1.889.502,01	-1.369.337,5
Provisões	15	0,00	0,00
Outros rendimentos		998.557,35	772.751,28
Outros gastos		-221.039,57	-497.026,73
RESULTADOS ANTES DE DEPRECIACIONES E GASTOS DE FINANCIAMENTO		2.495.155,41	2.133.241,78
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-4.801.146,8	-4.056.687,31
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE RESULTADOS FINANCEIROS)		-2.305.991,39	-1.923.445,53
Juros e rendimentos similares obtidos		271.799,5	218.526,02
Juros e gastos similares suportados		-6.994,53	-11.123,51
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		-2.041.186,42	-1.716.043,02
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		-2.041.186,42	-1.716.043,02

Quadro XIV - Fluxos de Caixa Consolidado

(unidade: euros)

FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO			
RUBRICAS	NOTAS	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1.061.355,40	1.103.205,55
Recebimentos de contribuintes		759.557,79	692.956,00
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		6.674.607,76	5.446.465,35
Recebimentos de utentes		42.552,31	37.211,06
Pagamentos a fornecedores		-2.353.757,01	-2.770.039,66
Pagamentos ao pessoal		-3.353.789,64	-3.018.092,3
Pagamentos de transferências e subsídios		-1.786.174,44	-1.510.696,79
Caixa gerada pelas operações		1.044.352,17	-18.990,79
Outros recebimentos/pagamentos		-21.343,68	-67.075,58
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		1.023.008,49	-86.066,37
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-2.170.086,75	-2.322.781,54
Pagamentos - Ativos intangíveis		-6.243,86	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		41.913,5	57.053,68
Recebimentos - Subsídios ao investimento		673.902,71	781.738,32
Recebimentos - Transferências de capital		1.697.931,19	1.296.641,38
Recebimentos - Juros e rendimentos similares		2.286,25	2.281,29
Recebimentos - Dividendos		876.179,92	416.501,03
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		1.115.882,96	231.434,16
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		64.409,20	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-122.094,24	-221.439,03
Pagamentos - Juros e gastos similares		-126,37	-655,06
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-57.811,41	-222.094,09
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		2.081.080,04	-76.726,30
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		2.085.518,09	2.162.244,39
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		4.166.598,13	2.085.518,09
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		2.085.518,09	2.162.244,39
Saldo da gerência anterior (SGA)	1.4	2.085.518,09	2.162.244,39
SGA De execução orçamental		1.695.865,73	1.829.084,22
SGA De operações de tesouraria		389.652,36	333.160,17
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		4.166.598,13	2.085.518,09
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		4.166.598,13	2.085.518,09
SGS De execução orçamental		3.799.635,61	1.695.865,73
SGS De operações de tesouraria		366.962,52	389.652,36

Quadro XV - Alterações ao Património Líquido para o Ano de 2020 Consolidado

(unidade: euros)

ALTERAÇÕES AO PATRIMÓNIO LÍQUIDO PARA O ANO DE 2020 CONSOLIDADO

Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla										Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Capital / Património subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO		60.517.244,87				187.987,52	-11.056.472,65	-711.442,94	23.286.563,92	-1.716.043,02	70.507.837,70		70.507.837,70
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							-3.722,46		1.716.910,04		1.713.187,58		1.713.187,58
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização							-3.722,46						
Excedentes de revalorização e respetivas variações													
Transferências e subsídios de capital													
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido													
Correção de erros materiais													
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO													
RESULTADO INTEGRAL													
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Subscrições de capital/património							-1.313.216,42	-901.287,93					
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações													
Subscrições de prémios de emissão													
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO		60.517.244,87				187.987,52	-12.373.411,53	-1.612.730,87	25.003.473,96	-2.041.186,42	69.681.377,53		69.681.377,53

6 - Anexos às Demonstrações Financeiras Consolidadas

NOTA 1 – Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação e outras Entidades Participadas

1.1 Entidades Incluídas na Consolidação

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Capital Social	Participação	Obs
Município de Boticas	Praça do Município 5460 – 304 Boticas	Serviços aos municípios			a)
EHATB, EIM, SA	R. Dom Nuno Álvares Pereira 12A, 4870-160 Ribeira de Pena	Produção de energia elétrica; Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana; Renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado; Promoção e gestão de imóveis de habitação social; Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal.	900.000,00	150.000,00	

a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, conforme o estabelecido no n.º1 do Artigo 46º da Lei das Finanças Locais.

1.2 Entidades Associadas Contabilizadas pelo Método da Equivalência Patrimonial

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Capital Social	Participação	Obs
EHATB, EIM, SA	R. Dom Nuno Álvares Pereira 12A, 4870-160 Ribeira de Pena	Produção de energia elétrica; Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana; Renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado; Promoção e gestão de imóveis de habitação social; Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal.	900.000,00	150.000,00	

1.4 Caixa e Depósitos

Para efeitos de caixa e equivalentes são considerados os valores em numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis. A Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2020 tem a seguinte composição:

Conta	Dez 20	Dez 19
Caixa	2.959,53	2.402,26
Depósitos à ordem	4.163.638,60	367.866,14
Depósitos à ordem no Tesouro	0,00	0,00
Depósitos bancários à Ordem	4.163.638,60	367.866,14
Depósitos a prazo	0,00	1.715.249,69
Depósitos consignados	0,00	1.715.249,69
Depósitos de garantias e cauções	0,00	0,00
TOTAL DE CAIXA E DEPÓSITOS	4.166.598,13	2.085.518,09

NOTA 2 - Principais Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os pressupostos da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação, da informação comparativa e não apresentam derrogações às disposições do SNC-AP.

Ativos Fixos Tangíveis, Intangíveis e Propriedades de Investimento

Todos os bens do ativo fixo tangível, intangível e propriedades de investimento estão mensurados pelo seu custo de aquisição. As depreciações são calculadas, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização, de acordo com a finalidade pretendida, pelo método das quotas constantes em todas as participadas.

Participações Financeiras

As participações financeiras são mensuradas pelo seu custo.

Depreciações e Amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, utilizando o método das quotas constantes (ou da linha reta), considerando a vida útil de referência.

Contas a Receber

As contas a receber são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. No caso das empresas municipais, subsequentemente a mensuração efetua-se:

(i) Ao custo, ou ao custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade (a imparidade das contas

a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a entidade empresarial não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber) e;

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração de resultados.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

NOTA 3 – Ativos Intangíveis

No período findo a 31 de dezembro de 2020, o detalhe da quantia escriturada dos ativos intangíveis consolidados, bem como as respetivas amortizações acumuladas, é o seguinte:

Designação	Quantia Escriturada Inicial	Variações			Quantia Escriturada Final
		Adições	Amortizações do período	Diminuições	
ATIVOS INTANGÍVEIS	116.141,36	105.577,23	-91.387,34	-46.653,41	83.677,84
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural					
Goodwill					
Projetos de desenvolvimento					
Programas de computador e sistemas de informação	116.141,36	58.923,82	-91.387,34	-46.653,41	37.024,43
Outros					
Ativos intangíveis em curso		46.653,41			46.653,41
TOTAL	116.141,36	105.577,23	-91.387,34	-46.653,41	83.677,84

Nota 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente

No quadro seguinte encontra-se descrito o contrato de concessão, com a informação fundamental.

Este quadro refere-se somente ao Município de Boticas.

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano Corrente	Anos Futuros
Distribuição de energia elétrica de baixa tensão	EDP Distribuição – Energia, S.A.	-	20 anos	Atualizada anualmente com base nos consumos de energia em BT no concelho de Boticas	-	-	-

NOTA 5 – Ativos Fixos Tangíveis

No período findo a 31 de dezembro de 2020, o detalhe da quantia escriturada dos ativos tangíveis consolidados, bem como as respetivas depreciações acumuladas, é o seguinte:

Designação	Quantia Escriturada Inicial	Variações				Quantia Escriturada Final
		Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	4.481.208,96	1.135.332,18	51.902,02		-9.910,00	5.658.533,16
Edifícios e outras construções	32.601.037,87	1.188.714,39	615.250,48	-4.186.807,62	-918.795,43	29.299.399,69
Infraestruturas		393.377,24		-10.023,15		383.354,09
Património histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens de domínio público em curso	2.715.368,37	500.347,42	-2.439.239,78			776.476,01
	39.797.615,20	3.217.771,23	-1.772.087,28	-4.196.830,77	-928.705,43	36.117.762,95
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais		3.142.015,80	8.150,00			3.150.165,80
Edifícios e outras construções	22.278.173,06	1.602.434,02	859.653,38	-1.920.688,56	-3.786.926,49	19.032.645,41
Equipamento básico	1.046.940,51	244.327,15		-279.529,63	-90.463,81	921.274,22
Equipamento de transporte	511.805,26	78.664,77		-200.687,85		389.782,18
Equipamento administrativo	114.354,78	32.153,15		-34.300,06		112.207,87
Equipamentos biológicos						
Outros	393.054,01	8.786,90		-911,38		400.929,53
Ativos fixos tangíveis em curso	1.829.040,39	1.068.310,04	-2.473.569,83			423.780,60
	26.173.368,01	6.176.691,83	-1.605.766,45	-2.436.117,48	-3.877.390,30	24.430.785,61
TOTAL	65.970.983,21	9.394.463,06	-3.377.853,73	-6.632.948,25	-4.806.095,73	60.548.548,56

NOTA 6 – Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação. Caso contrário são classificados como locações operacionais.

6.1 – Locações Financeiras

Não detém a entidade qualquer contrato de locação financeira.

A empresa local «EHATB», não detinha nenhum bem utilizado no regime de locação financeira.

6.2 – Locações Operacionais

No término do período de 2020, possuía a entidade um contrato de locação operacional, cujo objeto contratual consistia no aluguer

operacional de uma viatura ligeira no âmbito da candidatura CLDS_4G - BOTICASCOMVIDA. O contrato foi outorgado em 28 de Julho de 2020 e tem a duração de 36 meses. O pagamento corresponde a uma renda mensal de 477,88 euros acrescido do valor do IVA.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração de resultados. A quantia escriturada líquida dos bens em regime de locação operacional, a 31 de dezembro de 2020, detalha-se da seguinte forma:

Bens Locados	Valor do Contrato	Pagamentos efetuados	Futuros pagamentos			
			Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
Equipamento de transporte	21.160,53	2.351,16	7.053,48	11.755,89	0,00	21.160,53

A empresa local «EHATB», não detinha nenhum bem utilizado no regime de locação operacional.

NOTA 7 – Custos de Empréstimos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2020 o detalhe da rubrica de financiamento obtidos, consolidado, decomposto em corrente e não corrente é o seguinte:

Designação	Dez-20	Dez-19
Empréstimos bancários		
Passivo Corrente	913.305,54	433.320,45
Passivo não Corrente	664.077,90	1.190.471,70
Total	1.577.383,44	1.623.792,15

NOTA 8 – Propriedades de Investimento

De seguida apresenta-se o quadro com as quantias escrituradas no início e no final do período, em propriedades de investimento:

Designação	Quantia escriturada inicial	PI - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO								Rendimentos do período			
		Transferências internas à entidade				Variações				Gastos do período	Rendas	Outras	
		Adições	Depreciações do período	Perdas por imparidade	Reversões perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições	Quantia escriturada final					
Propriedades de Investimento													
Bens de domínio público	4.769,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	623.442,66	-15.221,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.848,93	0,00	0,00
Outras propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	4.769,75	0,00	623.442,66	-15.221,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.848,93	0,00	0,00

NOTA 10 – Inventários

No período findo a 31 de dezembro de 2020, o detalhe da rubrica de Inventários consolidados é o seguinte:

10.2 – Inventários: Movimentos do Período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período						Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos/ Gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	
Mercadorias								
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	32.375,12	319.375,65	304.973,04					46.777,73
Produtos acabados e intermédios								
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos								
Produtos e trabalhos em curso								
Total:	32.375,12	319.375,65	304.973,04					46.777,73

NOTA 15 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

A entidade não reconhece no seu Balanço, por indicação do Órgão Executivo, um conjunto de faturas relacionadas com a empresa “Águas do Norte, S.A.”, que perfazem o montante de 3.169.982,39 euros e que dizem respeito à exigência de consumos mínimos de água e tratamento de efluentes no âmbito do contrato de concessão, bem como um conjunto de faturas relacionadas com a empresa “Resinorte, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.”, que perfazem o montante de 825.936,29 euros e respeitam à entrega e receção de resíduos sólidos urbanos no aterro sanitário.

Esta informação é do conhecimento geral dos órgãos autárquicos – Câmara e Assembleia Municipal.

Os passivos contingentes em 31 de dezembro de 2020 eram os que constam no mapa 15 em anexo.

Natureza	Descrição	Estimativa do efeito financeiro	Momento possível do exfluxo ou influxo
Faturas - Águas do Norte, S.A.			
434/15.6BEMDL	Consumos mínimos de água e tratamento de efluentes	430 004,88 €	
16/15.2BEMDL	Consumos mínimos de água e tratamento de efluentes	380 642,09 €	
140/14.9BEMDL	Consumos mínimos de água e tratamento de efluentes	252 156,87 €	
95/18.0BEMDL	Consumos mínimos de água e tratamento de efluentes	616 433,96 €	
279/13.8BEMDL	Consumos mínimos de água e tratamento de efluentes	185 196,74 €	
499/19.1BEMDL	Consumos mínimos de água e tratamento de efluentes	1 299 362,36 €	
367/15.6BEMDL	Consumos mínimos de água e tratamento de efluentes	6 185,49 €	
		3 169 982,39	
Faturas - Resinorte Val. Trat. Resíduos Sólidos S.A.			
60/15.BERG	Entrega e recepção de resíduos sólidos e urbanos (RSUS)	79 724,00 €	
Not. Judicial avulsa	Entrega e recepção de resíduos sólidos e urbanos (RSUS)	278 852,00 €	
Not. Judicial avulsa (5/03/2020) Procº nº 74/20.8BEMDL	Entrega e recepção de resíduos sólidos e urbanos (RSUS)	467 360,29 €	
		825 936,29	
Total		3 995 918,68 €	

O Município de Boticas, por não se rever na obrigação de consumir os mínimos impostos e pagamento da deposição de resíduos conforme acordo outorgado com a contração do aterro sanitário, rejeita a aceitação das referidas dividas.

Atualmente existem vários processos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, tendo em vista o apuramento da legalidade das imposições impugnadas pelas entidades referidas.

O Município de Boticas mantém a expectativa de que não haverá quaisquer exfluxos de recursos no âmbito desses processos.

NOTA 18 - Instrumentos Financeiros

O detalhe da rubrica participações financeiras e outros ativos financeiros consolidados é o seguinte:

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Outros	Alineações	Perdas de justo valor	Outros	
Ativos financeiros mensurados ao custo								
Ativos financeiros detidos para negociação								
Participações financeiras	4.532.579,43						380.893,86	4.151.685,57
Outros ativos financeiros								
Total:	4.532.579,43						380.893,86	4.151.685,57

NOTA 23 – Outras Divulgações

23.1 – Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2020 e comparativamente com o período homólogo, as rubricas de Estado e outros entes públicos apresentam a seguinte composição:

Conta	Dez-20		Dez-19	
	Saldos devedores	Saldos Credores	Saldos devedores	Saldos Credores
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Retenção de impostos sobre os rendimentos	442.500,47	462.157,97	275.255,31	296.375,98
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	349.155,90	548.475,90	396.234,91	190.922,21
Outros impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	962.662,56	981.803,51	831.991,76	855.555,09
Tributos das autarquias locais	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras tributações	42.611,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.796.929,93	1.992.437,38	1.503.481,98	1.342.853,28

23.3 – Rendimentos

O valor dos rendimentos reconhecidos em 2020 e 2019 é detalhado conforme se segue:

Descrição	Dez-20	Dez-19
Impostos diretos	539.519,74	597.962,65
Impostos indiretos	232.654,40	135.083,34
Taxas, multas e outras penalidades	42.716,57	75.218,70
Produtos acabados e intermédios	136.857,71	172.237,15
Prestações serviços autarquias locais	907.541,96	198.726,03
Serviços específicos de outros setores	12.269,11	765.440,44
Transferências correntes obtidas	6.624.804,58	6.446.146,43
Total	8.496.364,07	8.390.814,74

23.4 – Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (FSE) a 31 de dezembro de 2020 e no período homólogo é detalhada conforme se segue:

Descrição	Dez-20	Dez-19
Serviços de transporte	88.315,46	136.715,40
Serviços de alojamento e de restauração	43.233,46	0,00
Serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos e urbanos	207.012,28	135.611,25
Tecnologias de informação e comunicação	4.959,87	0,00
Outros subcontratos ou concessões	425.717,03	107.911,93
Trabalhos especializados	188.522,67	355.098,27
Publicidade, comunicação e imagem	68.938,84	39.715,08
Vigilância e segurança	310,92	0,00
Honorários	81.610,58	123.721,03
Comissões	2.110,91	0,00
Conservação e reparação	137.998,82	199.790,86
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	567,20	0,00
Livros e documentação técnica	414,71	538,24
Material de escritório	4,21	802,35
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	47.760,21	108.521,92
Material de educação, cultura e recreio	27.969,79	30.794,06
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	49.506,00	6.606,50
Medicamentos e artigos para a saúde	1.067,25	0,00
Produtos químicos e de laboratórios	1.212,50	0,00
Outros materiais diversos de consumo	32.663,67	75.840,98
Eletricidade	15.522,21	525.976,82
Combustíveis e lubrificantes	104.371,90	127.407,11
Deslocações, estadas e transportes	100.463,09	61.197,80
Rendas e alugueres	11.118,67	61.197,80
Comunicação	53.562,21	58.668,91
Seguros	24.748,63	22.151,48
Limpeza, higiene e conforto	34.552,80	18.387,66
Outros serviços	217.875,03	456.797,29
Total	1 972 110,92	2.653.759,63

23.5 – Gastos com Pessoal

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta gastos com o pessoal, decompõe-se da seguinte forma:

Descrição	Dez-20	Dez-19
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	141 882,86 €	90.490,92
Remunerações do pessoal	2 529 606,42 €	2.125.697,43
Encargos sobre remunerações	615 057,95 €	590.213,84
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	34 456,72 €	24.913,90
Outros gastos com o pessoal	121 930,07 €	71.765,09
Outros encargos sociais	6 367,77 €	686,32
Total	3 449 301,79	2.903.767,50

23.6 – Transferências e Subsídios Concedidos

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Transferências e subsídios concedidos	1.889.502,01	1.369.337,5
Subsídios correntes concedidos	0,00	0,00
Prestações sociais concedidas	0,00	0,00
Transferências de capital concedidas	353.983,17	389.036,58
Total	3 449 301,79	2.903.767,50